

SEMEANDO AUTONOMIA E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS NO  
PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO: MULHERES CAMPONESAS E  
CUIDADORAS DO CONTESTADO – LAPA, PR

*SEMBRANDO AUTONOMÍA Y RESISTENCIA DIARIA EN LA  
PLANIFICACIÓN COMUNITARIA: MUJERES CAMPESINAS Y  
CUIDADORAS DEL CONTESTADO - LAPA, PR*

Iara Beatriz Falcade Pereira<sup>1</sup>

RESUMO

Este artigo aborda um recorte dos trabalhos de conclusão de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (FALCADE-PEREIRA, 2019). As pesquisas foram realizadas em parceria com o Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra no mesmo estado (MST PR). Para este artigo temos como objetivo visibilizar o protagonismo das mulheres camponesas do Assentamento Contestado (Lapa, PR) e as práticas do cuidado como mobilizadoras de estratégias comunitárias para a reprodução da vida e de planejamentos contra hegemônicos. Foram trazidos estudos e análises sobre o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA do Contestado, porém os elementos principais vêm da realidade desse território por meio de narrativas de 3 integrantes da comunidade, destacando estas dimensões da agroecologia, do cuidado e do comunitário. A base teórica principal articula a realidade da comunidade em questão (TORINELLI, 2016), o plano de ordenamento territorial participativo em território agrário (PDA, 2001), GUTIERREZ E SALAZAR (2015, 2017), e OROZCO (2014). Como resultados, o cotidiano narrado evidenciou o protagonismo das mulheres camponesas como mobilizadoras dos trabalhos de cuidados e trabalhos comunitários. Estes foram e são geradores de renda, possibilitaram a permanência na terra, potencializaram a transição agroecológica no assentamento e também consolidaram a estruturação e manutenção da Sede Comunitária. Assim, esses processos foram referenciais importantes no contexto das investigações das pesquisas sobre planejamentos contra hegemônicos e em territórios interioranos, contribuindo em campos exploratórios de um planejamento territorial comunitário que considere o tempo e a centralidade do cuidado da reprodução da vida.

**Palavras chave:** mulheres camponesas, agroecologia, cuidado, planejamento territorial comunitário e reprodução da vida.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: ibfalcade@gmail.com.

## RESUMEN

Este artículo analiza un extracto de los trabajos finales de graduación del curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Paraná (FALCADE-PEREIRA, 2019). Las investigaciones se realizaron en alianza con el Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra del mismo estado (MST PR). Para este artículo, buscamos visibilizar el protagonismo de la mujer campesina en el Asentamiento Contestado y las prácticas de cuidado como estrategias comunitarias movilizadoras para la reproducción de la vida y la planificación contrahegemónica. Se trajeron estudios y análisis sobre el Plan de Desarrollo de Asentamientos - PDA do Contestado, pero los elementos principales provienen de la realidad de este territorio a través de narrativas de 3 miembros de la comunidad que destacan estas dimensiones de agroecología, lo cuidado y lo comunitario. La base teórica principal articula la realidad de la comunidad en cuestión (TORINELLI, 2016), el plan participativo de ordenamiento territorial en territorio agrario (PDA, 2001), GUTIERREZ E SALAZAR (2015, 2017) y OROZCO (2014). Como resultado, la vida cotidiana narrada mostró el protagonismo de la mujer campesina como movilizadora del trabajo de cuidado y trabajo comunitario. Estos fueron y son generadores de ingresos, permitieron permanecer en la tierra, impulsaron la transición agroecológica en el asentamiento y también consolidaron la estructuración y mantenimiento de la Sede Comunitaria. Estos procesos fueron referentes importantes en el contexto de las investigaciones sobre planificación contrahegemónica y en territorios interioranos, contribuyendo a campos exploratorios de planificación territorial comunitaria que considera el tiempo y la centralidad del cuidado para la reproducción de la vida. **Palabras clave:** mujer campesina, agroecología, cuidado, ordenamiento territorial comunitario y reproducción de la vida.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um compartilhamento de experiência, constituído a partir de um recorte e articulação de elementos dos trabalhos já concluídos<sup>2</sup> no curso de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. O primeiro trabalho escrito, corresponde à monografia e intitula-se “Planejamento Comunitário em Assentamentos Rurais: a redistribuição dos papéis de gênero como prospecção emancipatória” (2018). O segundo trabalho

---

<sup>2</sup> Este artigo foi construído diretamente para o Dossiê Territórios Interioranos e Moradia (2021), e teve como horizonte dar destaque para a narrativa histórica de integrantes do MST sobre o planejamento e a vida envolvida nesse processo no Assentamento Contestado. Esta história narrada foi elemento chave para os trabalhos de final de curso, por isso foi selecionada como contribuição para o dossiê. Porém também destaco que os trabalhos citados contêm outros aprofundamentos no entorno desta narrativa.

é o Trabalho Final de Graduação – TFG “A perspectiva do Cuidado no Planejamento Territorial Comunitário em Assentamentos Rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná” (2019)<sup>3</sup>.

Estas pesquisas foram realizadas em parceria com o Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra–MST do Paraná, a partir da demanda de pensar planejamentos comunitários para os territórios de reforma agrária do movimento no estado. Diante de múltiplas condições, os estudos se realizaram com enfoque no Assentamento Contestado que se localiza no município da Lapa-PR, mas também tiveram contribuições e vivências analisadas nos territórios: Acampamento Dom Tomás Balduino – Quedas do Iguaçu- PR; Pré-assentamento José Lutzenberger – Antonina-PR; e Assentamento da COPAVI – Paranacity-PR. Os dois trabalhos estiveram baseados em uma articulação do tripé da Reforma Agrária, de um Planejamento Territorial Comunitário e da Perspectiva do Cuidado, destacando o campo exploratório das dimensões do Cuidado como linha condutora para um planejamento territorial comunitário pensado e inserido nos cenários da reforma agrária popular, proposta pelo MST.

Para a realização da etapa da monografia foram realizadas entrevistas não estruturadas com Dalvan Mallmann<sup>4</sup>, Priscila Facina Monnerat<sup>5</sup> e Sylviane Guilherme<sup>6</sup>. A principal entrevista se deu com Dalvan com o intuito de ouvir sobre a história do Assentamento Contestado desde sua ocupação e a consolidação do seu território, pois ele foi indicado por várias/os companheiras/os para tal, por viver no assentamento desde a sua ocupação e acampamento, tendo também um histórico de participação militante e ativa na construção da comunidade. A partir deste diálogo, houve outros com Priscila e Sylviane sobre a vida da comunidade, além da imersão vivenciada na Sede Comunitária para atividades de extensão e principalmente voluntariados<sup>7</sup>. Estes diálogos

---

<sup>3</sup> Ambos os trabalhos de conclusão de curso não foram publicados, sendo este artigo de caráter inédito.

<sup>4</sup> Assentado entrevistado, morador do assentamento desde o início de seu processo de ocupação e regularização (1999).

<sup>5</sup> Assentada no Contestado desde 2004, engenheira florestal, agroecóloga e militante no Setor de Gênero do MST no estado e nacionalmente.

<sup>6</sup> Integrante do Setor Nacional de Cultura do MST e responsável pelo encaminhamento do projeto de funcionamento do Casarão do Contestado como Centro Cultural.

<sup>7</sup> No período do segundo semestre de 2018 estive contribuindo na limpeza e organização do Casarão (centro cultural do assentamento) antes da sua inauguração, a qual ocorreu no aniversário de 20 anos do assentamento no início de 2019. Essas tarefas foram coordenadas por Sylviane, companheira que me convidou para tal vivência, em que íamos para o assentamento semanalmente para passar alguns dias nestas funções. Esta experiência me possibilitou dialogar com Sylviane durante as viagens de ida e volta, na casinha que compartilhamos, e em uma série de outros tempos que traziam falas inseridas nesta narrativa. Da mesma forma, Priscila contribuiu nestas atividades e também compartilhou de forma oral algumas das suas perspectivas registradas neste artigo. Deixo meu sincero agradecimento pela acolhida e companheirismo para estas mulheres em especial, que meio à prosas com mate, trabalho, risos e alimentos/jantares tornaram essa vivência um imenso aprendizado que levo para a vida. Sem o cuidado de ambas, certamente minha inserção no assentamento e as outras relações estabelecidas não teriam sido como foram. Deixo também meu agradecimento à Dalvan, que dispôs algumas horas no refeitório da Sede Comunitária, próximo ao cantinho do chimarrão, para narrar a história do assentamento desde a vivência do PDA. Em face à isso e ao tempo do trabalho da monografia, não foram gravadas e transcritas as próprias falas de Sylviane e Priscila, porém reconheço a importância de trazê-las, também no atual mestrado em andamento em parceria com o MST PR e em todos os trabalhos possíveis futuramente. De qualquer maneira, por crer no potencial do que me foi compartilhado, trago estas narrativas como destaque para este artigo.

configuraram uma profunda narrativa sobre o planejamento da comunidade, como na realização do seu Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA em 2001, e também como foram os contextos, dificuldades e potencialidades da dinâmica comunitária na constante consolidação e estruturação da mesma. O cotidiano narrado evidenciou o protagonismo das mulheres camponesas do Contestado como mobilizadoras dos trabalhos de cuidados e trabalhos comunitários. Estes foram e são geradores de renda, possibilitaram a permanência na terra, potencializaram a transição agroecológica no assentamento e também consolidaram a estruturação e manutenção da Sede Comunitária.

Este protagonismo, em primeiro momento não se deu diante de mobilizações feministas como contou Priscila, no entanto, geraram transformações tanto nas produções e unidades familiares quanto na esfera comunitária de forma material e imaterial. Logo, a reprodução da vida diária demonstrou os sentidos e o sistema comunitário que consolidou uma parte dos planejamentos desejados no PDA e um modelo de vida agroecológico.

Portanto, o objetivo deste artigo é visibilizar esse protagonismo das mulheres camponesas do Contestado e as práticas do cuidado como mobilizadoras de estratégias comunitárias para a reprodução da vida. Foram trazidos estudos e análises sobre o PDA do Contestado (tanto na monografia quanto no TFG), porém os elementos principais vêm da realidade deste território, com destaque para as dimensões da agroecologia, do cuidado e do comunitário.

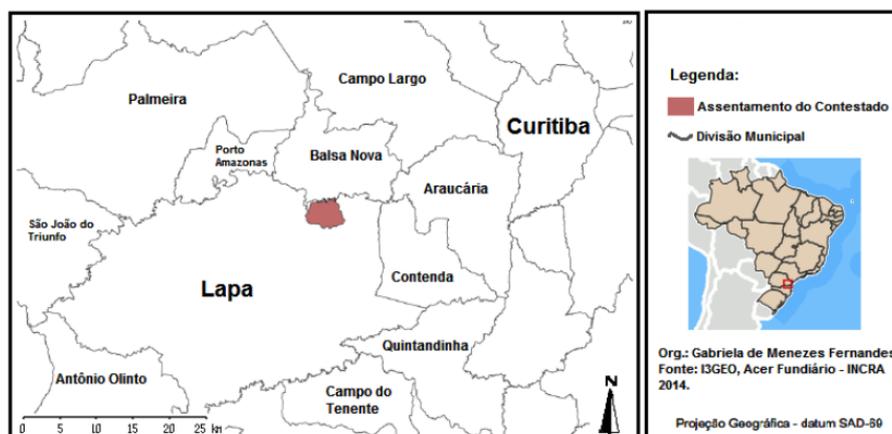
Consideramos importante mostrar a intersecção de tempos e um planejamento documental como o PDA, e os tempos cotidianos da manutenção da reprodução da vida dessa comunidade. Pois evidencia que existem potenciais de resistência e autonomia em histórias invisibilizadas, as quais desejamos deixar registradas neste artigo.

Ainda, esses processos são referenciais importantes no contexto das investigações das pesquisas sobre planejamentos contra hegemônicos e em territórios interioranos, contribuindo em campos exploratórios de um planejamento territorial comunitário e perspectivas de planejamentos alternativos que considerem o tempo e a centralidade do cuidado da reprodução da vida.

## 2. O ASSENTAMENTO CONTESTADO - MST, LAPA – PR

O Assentamento Contestado localiza-se no Município da Lapa, cerca de 70 km da capital curitibana do Estado do Paraná – Brasil, e é um território de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST). A área total do assentamento é de 3.228 hectares e 38% de seu território (1.300 hectares) é preservado como reserva legal. Os outros 1.928 hectares são subdivididos em uma área comunitária e em média por 12 hectares de terra por unidade

familiar, sendo aproximadamente 150 famílias divididas em 10 núcleos de base<sup>8</sup> (FALCADE-PEREIRA, 2018).



**Figura 01** - Mapa de localização do Assentamento Contestado (Lapa/PR)..Fonte: Fernandes e Facco (2015).

A liberação oficial e consolidação desse assentamento ocorreu em 29 de novembro do ano 2000 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois foi um território considerado terra devoluta<sup>9</sup>, e em 07 de fevereiro de 1999 foi ocupado em processo pacífico de reivindicação de reforma agrária por famílias agricultoras e integrantes do MST (TORINELLI, 2016). esta segunda data é a comemorada como aniversário da comunidade.

O território ocupado era anteriormente uma grande propriedade pertencente ao denominado Barão do Cerro Azul, em seguida adquirido pela empresa Grupo Indústria Cerâmica Paraná (INCEPA) para realização de produção de cerâmicas como atividade econômica devido à grande quantidade de plantações de eucalipto, presentes na área, utilizadas para queima e secagem das peças (PDA, 2001). Esta empresa no entanto, tinha uma grande dívida com a União e por isso o movimento a ocupou reivindicando sua destinação à reforma agrária, mesmo estando em um contexto conjuntural considerado desfavorável devido aos posicionamentos políticos contrários ao movimento por parte do governador do estado Jaime Lerner (do PFL na época) e do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Desde a ocupação, as famílias começaram a cultivar seus alimentos na terra e construíram coletivamente seus acordos e diretrizes para a comunidade e já neste momento havia a premissa

<sup>8</sup> Cada núcleo de base do Contestado consiste em grupamentos de 10 a 15 famílias.

<sup>9</sup> Terras devolutas “são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021) Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>> Acesso em 19 de Julho de 2021.

de promover um assentamento voltado à produção de alimentos orgânicos<sup>10</sup> (FALCADE-PEREIRA, 2018).

### 3. PLANEJANDO NA REFORMA AGRÁRIA: PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO CONTESTADO (LAPA/PR)

Assim que se regularizou o assentamento, segundo Dalvan Mallmann (2018), morador do Contestado, a comunidade começou o estabelecimento do seu Regimento de Assentamento, que consistiu em um regimento de processo interno muito importante no sentido de ser o conjunto de regras e normas que as famílias construíram internamente sobre suas demandas de educação, saúde, cultivo, renda, preservação ambiental, entre outras (FALCADE-PEREIRA, 2018).

Este documento basicamente consiste em sistematizar os eixos comuns e acordos das famílias quanto à perspectiva e objetivo do assentamento, materializando os primeiros passos da sua organização comunitária. (FALCADE-PEREIRA, 2019, p. 4)

Estes acordos são portanto um documento muito detalhado, fundamental para o início e a história do assentamento, tendo influência até os dias atuais nos processos decisórios da comunidade principalmente porque também foi uma sistematização utilizada no princípio e ao longo do processo de realização do seu Plano de Desenvolvimento de Assentamento - PDA<sup>11</sup> (FALCADE-PEREIRA, 2018). A partir da regularização e do regimento interno da comunidade foi iniciado então o seu PDA, conhecido como “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Contestado” elaborado e publicado no ano de 2001 com a participação de atores internos e externos ao movimento. Este, trata de um plano de ordenamento territorial participativo em território agrário, que contou com uma equipe técnica responsável multidisciplinar das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Biologia, Engenharia Florestal, Psicologia e Geografia (PDA, 2001). Os profissionais eram integrantes da Ambiens Sociedade Cooperativa -

---

<sup>10</sup> Na época ainda não era amplamente difundido pelo movimento o uso do termo de produção agroecológica, como é apropriado atualmente pelo MST não somente como modelo de produção de alimentos (TORINELLI, 2016).

<sup>11</sup> “O estabelecimento de um assentamento rural pelo INCRA passa por diferentes etapas de implantação. A criação do assentamento é feita através de um projeto de assentamento, onde define-se a capacidade estimada de famílias e as informações principais da área. A etapa de implantação corresponde à divisão do assentamento em lotes ou glebas, a instalação das famílias e o planejamento. Nessa fase, “os beneficiários recebem os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar, até que, através de um sorteio, cada família seja encaminhada para sua respectiva gleba” (INCRA, página oficial, 2018). Nesta etapa é realizado o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), quer dizer, o estudo realizado de forma participativa, e que deve orientar as diretrizes de desenvolvimento, realizar um diagnóstico da localidade e proporcionar um projeto que incorpore todas as esferas da vida para as famílias assentadas, sociais, ambientais, produtivas, etc.” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.35)

AMBIENS<sup>12</sup> e do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER<sup>13</sup>, dois grupos que por meio de licitação trabalharam via convênio na realização do PDA do Contestado.

Havia 105 famílias participantes da construção do PDA já subdivididas nos 10 núcleos de base pré-estabelecidos. Desde este período cada núcleo conta com funções rotativas de um coordenador do gênero masculino e uma coordenadora do gênero feminino, segundo diretriz do MST, e também um conselho para a discussão de temas mais amplos e relevantes a toda a comunidade composto por cerca de 60 pessoas (FALCADE-PEREIRA, 2018). Há, ainda, as comissões também ativas até atualmente, as quais:

[...] na fase de construção do PDA existiam as da área de saúde, educação, produção, esporte, liturgia e formação. Estas comissões se constituem por assentados voluntários de todos os grupos e funcionam de acordo com a sua própria organização e planejamento internos. Na época de construção do plano, teve também início a formação de um grupo de mulheres e um grupo de jovens, tendo em vista que o levantamento realizado pela equipe técnica demonstrou que estes segmentos representavam parte significativa da população do assentamento. (FALCADE-PEREIRA, 2018, p. 81)

O processo de organização participativa do PDA, segundo Dalvan, foi construído em reuniões semanais da equipe técnica com a comunidade. A metodologia de preparação estabelecida do plano se dava em duas etapas, sendo elas (i) o diagnóstico do projeto do assentamento e a (ii) definição de programas do desenvolvimento sustentável do Contestado (PDA, 2001). As sistematizações dos dados levantados eram apresentadas à comunidade para seu conhecimento e acompanhamento, e também para discutirem as propostas apresentadas pela equipe técnica. Na etapa dois ocorriam reuniões com as famílias para que discutissem os sistemas produtivos e apresentassem as propostas de parcelamento da área com a premissa de respeitarem as particularidades de cada núcleo de família na definição da tipologia do parcelamento de áreas de moradia e de produção da comunidade (PDA, 2001).

O resultado deste processo de planejamento foi um documento aprovado em assembleia, reconhecido pelas famílias nas falas de Dalvan como fruto de uma dinâmica de diálogo horizontal e satisfatório entre saberes. O documento final, em suma, está organizado por:

(i) apresentação, (ii) metodologia de preparação do plano, (iii) informações gerais do assentamento, (iv) localização e acesso – em capítulos menores iniciando o plano; e (v) contexto da área de influência do projeto de assentamento, (vi) diagnóstico do projeto de assentamento (com diagnóstico do meio natural, organização territorial atual e diagnóstico do meio sócio econômico e cultural), e (vii)

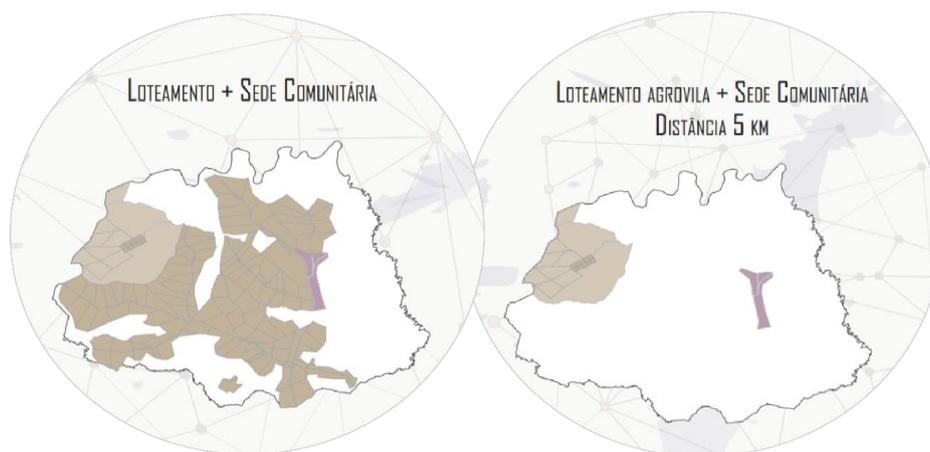
---

<sup>12</sup> A Ambiens “é uma organização coletivista de profissionais, fundada em julho de 2000 na cidade de Curitiba-PR” (AMBIENS, 2018). <<http://www.coopere.net/quem-somos.php>>.

<sup>13</sup> O DESER é uma organização não governamental (ONG) fundada em julho de 1988 “a partir de diferentes demandas de organizações do campo – como os sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos populares do campo, associações de produtores, pastorais ligadas as igrejas e entidades de assessoria dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (PDA, 2001)” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.79).

programação do desenvolvimento sustentável - em capítulos maiores com os dados técnicos coletados, cenários desejados e programas de referência para consolidação do objetivo do PDA. (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.83)

As áreas de moradia e plantio foram estabelecidas integradas para cada família com uma área em média de 12 hectares por unidade familiar, sendo no entanto, que apenas um núcleo de famílias optou por um modelo de desenho em formato de “agrovila” – o qual mantinha as áreas das casas vizinhas próximas e as áreas produtivas ao redor da agrovila. Também foi estabelecido uma área destinada a Sede Comunitária, como vemos na Figura 02 a seguir:



**Figura 02** - Mapas “figura fundo” do loteamento e área comunitária no PDA<sup>14</sup>. Fonte: a autora (2019).

O principal objetivo do documento era definir diretrizes para o desenvolvimento sustentável do Assentamento (PDA, 2001), e consta nas falas de Dalvan que de fato o PDA foi um importante balizador de conteúdo essencial e prático, com demandas identificadas pela comunidade no capítulo final quanto à programação deste desenvolvimento sustentável. Os programas, portanto, eram de organização territorial (1), programa produtivo (2), programa social (3) e programa ambiental (4) (Tabela 1 – Síntese da programação do desenvolvimento sustentável no A. Contestado<sup>15</sup>). Neles dispunham projeções e identificações de “cenários e estratégias para a construção e consolidação do assentamento nas distintas esferas da vida dos programas (PDA, 2001)” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.84).

A fase da Programação baseia-se na decisão - pelos representantes de toda a população do local - de qual futuro gostariam de ter para a organização e estrutura do assentamento. O objetivo principal é a indicação de propostas, com o estabelecimento de metas, maneiras de viabilização e custos. As famílias

<sup>14</sup> Estes dois círculos são recortes dentre os mapas apresentados no trabalho completo de TFG em 2019, realizados em layout próprio para o referido trabalho, no entanto com bases utilizadas de arquivos em formato DWG (AutoCAD) do PDA do assentamento (2001).

<sup>15</sup> Para o desenvolvimento da monografia e do TFG (2019) foi realizado uma síntese de cada Programa em formato tabela.

querem garantir a educação para as crianças e os jovens, querem uma maior assistência na área de saúde e uma melhor organização na estrutura habitacional e de área comum, assim como nas estradas de acesso. (PDA, 2001 p. 90)

Tabela 1 – Síntese da programação do desenvolvimento sustentável no Assentamento Contestado.

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ÁREAS</b>
<b>Organização Territorial</b>	Habitação, Energia, Estradas, Saneamento.
<b>Programa Produtivo</b>	Agricultura, Turismo.
<b>Programa Social</b>	Organização comunitária, Educação, Saúde, Cultura e Lazer.
<b>Programa Ambiental</b>	Conservação, Reflorestamento, Manejo de Fauna.

Fonte: PDA (2001)

#### 4. PÉS NA TERRA: O COTIDIANO PÓS-PDA

A conclusão do PDA do Assentamento Contestado foi uma conquista de muita importância para a comunidade camponesa assentada, para o MST, para a construção de uma reforma agrária popular e também para transformações amplas de sociedade e do sistema-mundo que vivemos. Essa experiência de resistência camponesa seguiu, portanto, o processo cotidiano de luta para melhorar as condições de vida nesse território após a conclusão do PDA, bem como desde o dia da sua ocupação. Há elementos, então, que se acrescentam e se costuram um pouco mais na narrativa da história do Contestado, sobre como foi produzido seu território ao longo do tempo e que o configura diferente das terras de monocultivo de eucalipto da Incepa cerca de duas décadas atrás.

Voltamos ‘a pisar mais um pouco nas terras do assentamento’ dialogando com Dalvan sobre os anos de consolidação da comunidade e desse território de reforma agrária do MST que até 2018 tinha cerca de 100 famílias plantando de forma agroecológica e comercializando esta produção pela sua Cooperativa Terra Livre. Ele conta que o processo de migração<sup>16</sup> para modelos de plantio agroecológicos ocorreu e ainda ocorre em contraposição ao modelo hegemônico do agronegócio e conseqüentemente permite às famílias a resistência de habitar este território (FALCADE-PEREIRA, 2018).

O trabalho coletivo pariu a Cooperativa Terra Livre em abril de 2010, comercializando a produção de todos/as cooperados/as e “possibilitando que os mesmos pudessem acessar a venda de seus produtos dentro dos programas institucionais públicos destinados à Agricultura Familiar, oferecidos pelo Governo Federal”, naquele período ainda governo Lula (PT) (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.127). Segundo Dalvan, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi um mobilizador à mudança das produções convencionais que estavam sendo cultivadas no

<sup>16</sup> A maior parte da população do Assentamento Contestado inicialmente produzia de forma convencional com o uso de insumos artificiais e agrotóxicos.

assentamento e que estavam causando evasão de uma parte das famílias até o ano de 2008 quando havia uma crise econômica no assentamento. Com o PAA cessou o êxodo na comunidade e, ao contrário, houve a vinda de novas famílias na maioria parentes e conhecidas da população que permaneceu no Contestado.

O entendimento desses fatos anteriores e posteriores à 2008, de acordo com Dalvan, possibilita que compreendamos o impacto da Agroecologia em duas etapas no processo histórico do Contestado. Esses processos, segundo ele, estão associados a questões culturais principalmente pelas apropriações das tipologias de sistemas de cultivo e produções camponesas vinculadas à origem de grande parte das famílias do sudoeste e sul paranaense, e também do oeste catarinense. Essas famílias culturalmente produziam leite e grãos como soja, milho e feijão. Logo, as culturas agrícolas produzidas nestas regiões eram de ciclos longos e as famílias já utilizavam os sistemas convencionais. Porém, devido ao baixo grau de fertilidade dos solos da Lapa, comparadas com as regiões descritas, a alta demanda de maquinário e agrotóxicos tornava esses cultivos fora do alcance dos pequenos agricultores e essas práticas foram dificultadas no assentamento chegando até ao dobro de tempo necessário para produzir quantidades de massa por hectare semelhantes (FALCADE-PEREIRA, 2018).

Nos primeiros anos, minimamente, as famílias conseguiram dar conta da produção de leite. O maior obstáculo era o escoamento desta, pois os/as camponeses não alcançaram canais de comercialização seguros. De acordo com de Dalvan, o cansaço alavancado pela inviabilidade econômica de processos caros, com defasagens materiais e dificuldades de transporte culminaram na interrupção da “teimosia cultural<sup>17</sup>” local que persistia. Houve então no período de 2005 e 2006 uma crise econômica no assentamento a partir do descarte da produção leiteira como renda, gerando a saída de algumas famílias. Entretanto, há uma ressalva por parte de Dalvan que narra que nove famílias já desconfiavam do processo com o leite e começaram a organizar vendas de hortifrúti pelo PAA e assim, com o tempo, mais famílias foram aderindo ao programa (FALCADE-PEREIRA, 2018).

Além do diálogo com Dalvan neste momento também temos as narrativas de Priscila e, ambos relatam que a descoberta da possibilidade de produções de hortifrúti veio por parte das mulheres camponesas do Contestado. Os dois comentaram que os homens faziam os plantios em maior escala para captar recursos financeiros e as mulheres ficavam responsáveis pelo planejamento e gestão do cuidado da família como a produção dos cultivos de autoconsumo. Como os grãos e o leite não garantiram dinheiro mínimo, “o que restou” para a família foi vender o que as mulheres vinham cultivando no quintal da casa: os excedentes da horta, como cenoura, alface, repolho, frutas, entre outros (FALCADE-PEREIRA, 2018). E assim a comunidade

---

<sup>17</sup> Termo utilizado pelo próprio Dalvan ao contar estes processos.

começou a perceber o ramo hortifrúti como possibilidade de geração de renda num sentido amplo dentro do assentamento, já que era também a produção mais adaptada às terras da região. Logo, com pouco recurso comparado ao leite e de mais fácil adaptação para produções orgânicas, a comunidade se viu com ‘os pés sobre as terras’ do horizonte do Regimento interno, que pretendia que em 5 anos após o PDA, “100% da produção interna ao assentamento fosse de orgânicos” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.130). Assim, seguiram e seguem os caminhos de construção desse território agroecológico de reforma agrária.

## 5. SEMEANDO AUTONOMIA E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS: MULHERES CAMPONESAS E CUIDADORAS DO CONTESTADO

O processo de transição dos modos produtivos do território do Contestado teve uma relação direta com a prática dos cotidianos das mulheres camponesas, como visto anteriormente e é, por isso, desde essa ênfase que seguimos esta escrita. No entanto, segundo Priscila é importante observarmos que “a prática comum às mulheres consistia na responsabilidade da reprodução da vida e ao que fosse relacionado ao cuidado da casa, do marido e filhos nos moldes patriarcais e machistas” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.129), realidade fortemente compartilhada na sociedade brasileira. Inicialmente ela conta que não foi diante de uma perspectiva feminista que se observou esta experiência. Porém, como parte do processo, é determinante uma perspectiva sobre esse protagonismo como chave motora para avanços no cotidiano e no projeto de reforma agrária popular do MST.

Neste sentido, atualmente com a incorporação e aprofundamento da bandeira da Agroecologia para além dos modelos de produção, os períodos e processos de transição de cultivos convencionais e a incorporação de práticas agroecológicas, atreladas à outras dinâmicas e técnicas agroecologistas passou a ser chamada de “transição agroecológica”. No Contestado, o cenário atual das famílias trabalhando seus plantios incorporando formas agroecológicas atinge cerca de 80% dos/as agricultores/as.



**Figura 03** – Horta Mandala coletiva no Assentamento Contestado. Fonte: Torinelli (2016)

A partir de então, da inserção agroecológica no modo de vida do assentamento, Dalvan relata que o êxodo parou de ocorrer e “a apropriação sobre o que significava a Agroecologia para as famílias, significou de fato pensar outro tipo de comércio, de mercado, de relação com a natureza, com as famílias e com o consumidor” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.130). Com o foco político da agroecologia em olhar para a vida foi que as mulheres camponesas puderam ir ampliando seus espaços de inserção no movimento. Isto não ocorria apenas internamente ao Contestado, segundo Priscila e Dalvan, pois situações semelhantes ocorreram em outros territórios simultaneamente a mudanças que foram compondo a política do MST nacionalmente, visto que o modelo que chamavam “agronegocinho” dos planejamentos dos assentamentos na época não dava conta e não propunha relações distintas das já estabelecidas hegemonicamente (FALCADE-PEREIRA, 2018).

As dimensões da agroecologia contribuíram, portanto, primeiramente para que o movimento olhasse a matriz de produção e renda, porém ainda há outras dimensões as quais estavam nas responsabilidades das mulheres camponesas nos cuidados da família, por exemplo como os/as filhos/as e idosos na saúde e educação, que também tiveram interferências territoriais no caso do Contestado (FALCADE-PEREIRA, 2018).

## 6. MANUTENÇÃO COMUNITÁRIA: UMA INTERSECÇÃO DO CUIDADO COTIDIANO E DO PROGRAMA SOCIAL DO PDA

Os diálogos com Sylviane constataram este elemento das dinâmicas territoriais das mulheres camponesas e cuidadoras do Contestado, quando esta falava sobre a construção e consolidação da área da Sede Comunitária, pois enquanto os homens estavam majoritariamente ocupados com as questões produtivas, as mulheres protagonizaram a esfera de preocupação com

os temas de educação e saúde da família – principalmente dos/as filhos/as (FALCADE-PEREIRA, 2018).

A Sede Comunitária, no entanto, foi sonhada por toda a comunidade na construção do PDA. Esse ponto foi possível constatar na leitura desse documento que definia como uma decisão coletiva das famílias quais eram os programas e quais era os objetivos e estratégias para alcançar bem-estar e vida digna no território conquistado (FALCADE-PEREIRA, 2018). Os programas eram o produtivo, o social, o ambiental e o de organização territorial como já mencionado. Havia ainda subtópicos em cada um, e verificamos que a Sede Comunitária estava sendo pensada desde o programa social que compunha os eixos de desenvolvimento da organização comunitária, da educação, da saúde, da cultura e do lazer (PDA, 2001). A comunidade discutiu e aprovou, naquele momento, diretrizes e metas a serem construídas nesses eixos como vemos da sistematização da Tabela 02 deste artigo. Veremos a seguir as respectivas histórias e intersecções da atuação de mulheres camponesas da comunidade envolvidas no processo de conquista e manutenção da vida diária nos casos de 4 das estruturas presentes no espaço comum da Sede Comunitária do assentamento: o Centro Cultural Casarão, o posto de saúde, a ciranda infantil e a Escola Latino-Americana de Agroecologia – ELAA.

O espaço do Centro Cultural Casarão está na antiga casa grande da fazenda construída pelo Barão do Cerro Azul. O uso deste espaço como centro de atividades culturais foi proposto por um grupo majoritariamente de mulheres sob coordenação de Sylviane, integrante do setor de cultura do MST. O Casarão foi o primeiro local que serviu de abrigo para as famílias na época da ocupação e sempre foi utilizado como espaço de encontros, reuniões, assembleias, formações e festejos. Foi decidido reformar e restaurar este espaço importante para a comunidade, que também é um imóvel tombado, sendo então que Sylviane assumiu a liderança dessa tarefa com muito cuidado e dedicação nos anos anteriores à 2018<sup>18</sup>, tornando o Casarão “o primeiro espaço cultural dentro de um assentamento de reforma agrária, na região Sul do Brasil” (MST, 2019<sup>19</sup>).

---

<sup>18</sup> O Casarão foi reinaugurado, agora como centro cultural, no aniversário de 20 anos do assentamento em fevereiro de 2019.

<sup>19</sup> Trecho consultado em < <https://mst.org.br/2019/06/23/assentamento-contestado-20-anos-de-lutas-e-conquistas/> (2021).



**Figura 04** – Imagem satelital de parte da Sede Comunitária do Assentamento Contestado, onde localizam-se as principais estruturas comunitárias do mesmo. Fonte: Google Maps (2018).

A unidade básica de saúde Francisca Roberta “Chica Pelega” foi inaugurada em dezembro de 2016. Dona Maria<sup>20</sup> do setor de saúde do MST trabalha há anos com tratamentos de saúde popular como bioenergia e cultivo de plantas medicinais e foi a precursora da conquista do posto de saúde dentro do assentamento. Além de ter insistido nos processos burocráticos, acompanhado sua construção, atualmente é a principal responsável pela manutenção e atendimento semanal de bioenergia à comunidade. Além disso, Dona Maria também iniciou uma horta medicinal coletiva que pretende ser mantida comunitariamente (FALCADE-PEREIRA, 2018).

A Ciranda Infantil Curupira, creche do assentamento, surgiu a partir da necessidade coletiva de diversas mulheres camponesas e mães, trabalhadoras do campo ou também professoras na escola primária e educandas da ELAA. Estas assumem os principais cuidados de filhos/as pequenos/as, e por isso o espaço foi construído com mobilização majoritariamente feminina, inclusive em festas e arrecadações financeiras para tal. O objetivo da ciranda é compartilhar, segundo Oliveira (2015), “a educação das crianças com a comunidade e o coletivo escolar instituído, além de proporcionar às crianças um ambiente saudável, que possa atender as necessidades de aprendizagem e a promoção das potencialidades humanas para o seu desenvolvimento” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.136).

---

<sup>20</sup> Deixo meu agradecimento à Dona Maria que também esteve cotidianamente presente na Sede e no convívio que experienciei no Contestado, tendo inclusive feito atendimentos de bioenergia à mim e realizado um percurso na horta medicinal comunitária do postinho.

PROGRAMA SOCIAL	SITUAÇÃO, PREVISÃO E RESULTADOS ESPERADOS DO PDA
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir e incentivar as discussões quanto ao funcionamento do assentamento, pelo formato eleito pela comunidade;</li> <li>- Disponibilizar suporte técnico para o desenvolvimento da organização comunitária;</li> <li>- Incentivar por meio das atividades de capacitação/formação o <b>desenvolvimento pessoal</b> de cada envolvido <b>na organização como um todo</b>.</li> </ul>
EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Funcionamento de ensino multiseriado, com aulas ministradas por assentadas;</li> <li>- Construir Escola Municipal;</li> <li>- Construir Creche;</li> <li>- Construir Escola estadual de 5ª a 8ª e ensino médio dentro do Contestado;</li> <li>- Alfabetização de jovens e adultos; incentivar e instalar cursos específicos para adultos interessados.</li> </ul>
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar atendimento médico e odontológico para as famílias do assentamento.</li> </ul>
CULTURA E LAZER	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Criar opções de lazer</b> dentro do assentamento;</li> <li>- Criar atividades saudáveis para <b>jovens, crianças e a terceira idade</b>;</li> <li>- Desenvolver a <b>vida cultural</b>;</li> <li>- <b>Identidade comunitária</b>;</li> <li>- Manifestações comunitárias culturais;</li> </ul>

**Tabela 02** – Síntese do Programa Social do PDA (2001)<sup>21</sup>. Fonte: a autora (2019).

A Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA é uma iniciativa da Via Campesina inaugurada em 2005 que recebe integrantes de múltiplos movimentos sociais dos países da América Latina e Caribe para formação técnica em Agroecologia e educação no campo. A escola já formou 4 turmas de tecnólogos/as em parceria com o Instituto Federal do Paraná – IFPR e, formou 1 turma de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia em parceria com a Universidade Federal do Paraná – UFPR. Sua proposta educativa “se divide em três eixos – acesso ao conhecimento científico, conhecimentos populares e troca de saberes entre os povos da América Latina – e está calcada na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e no materialismo histórico” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.135).

<sup>21</sup> Esta tabela é um recorte da tabela integral de cada Programa do PDA desenvolvida no TFG (2019).



**Figura 05** – Mosaico de fotografias de 2018: Centro Cultural Casarão, Posto de Saúde Chica Pelega, Ciranda Infantil Curupira e ELAA. Fonte: a autora (2021<sup>22</sup>).

Além dos espaços citados, na área da Sede Comunitária do Contestado ainda estão outras estruturas como a Cooperativa Terra Livre, o Centro Estadual de Educação do Campo de Ensino Fundamental e Médio Contestado, o alojamento dos/as educandos/as da ELAA, o alojamento de visitantes, a sala “El espacio” e outras salas de aula e reuniões, a biblioteca e secretaria da ELAA, a área de plantio agroecológico experimental da ELAA, os banheiros coletivos, a cozinha e o refeitório comunitário. Esses espaços foram levantados e sistematizados em tabela por eixo do programa social como “Situação e Resultados Conquistados ao fim de 2018” nas pranchas originais do TFG “A perspectiva do Cuidado no Planejamento Territorial Comunitário em Assentamentos Rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná” (FALCADE-PEREIRA, 2019).

Ainda, num panorama geral do assentamento, dos relatos sobre os cuidados da coletividade como cozinhar, limpar, e educar, na maioria das vezes, dos/as responsáveis e profissionais que realizam estas tarefas, são majoritariamente mulheres (FALCADE-PEREIRA, 2019). Todos esses espaços são considerados importantes segundo Priscila, Sylviane e Dalvan como materializações que atendem melhor as demandas internas da comunidade e promovem integração e articulações entre as pessoas que vivenciam este território da Sede.

<sup>22</sup> Mosaico elaborado para este artigo, sendo as fotos e o desenho de autoria própria.

## 7. A REPRODUÇÃO DA VIDA PARA MOBILIZAR E TORNAR VIVAS AS ESTRUTURAS COMUNITÁRIAS E O PDA

As pesquisas referenciadas da Monografia (2018) e TFG (2019) permearam uma série de leituras as quais apresentamos alguns recortes rearticulados para contribuir na narrativa apresentada até o momento.

O debate do cuidado, segundo Orozco (2012) é uma categoria sobre “gestão e a manutenção cotidiana da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida” podendo ser de ordem material quanto à necessidades fisiológicas do corpo ou, ainda, imaterial relativa ao bem-estar emocional. Com base nos estudos feministas e debates sobre a Economia do Cuidado destacamos uma perspectiva coletiva sobre estas ações diárias:

[...] a manutenção da vida é uma necessidade cotidiana e cíclica, e que é realizada pelo que define-se de trabalhos do cuidado. Estas são as relações de produção de bens e serviços cujo objetivo é o bem estar das pessoas ao longo dos ciclos de nossas vidas, que partem desde a escala individual do corpo, da escala coletiva de interação com os outros corpos, e da escala espacial de interação com o território que os corpos se inserem. Estes trabalhos, entendidos dentro dos três seguintes componentes: autocuidado (i), cuidado com pessoas (ii) e cuidado com o território (iii) (ANZORC – Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina), tem escalas e uma interface espacial. (FALCADE-PEREIRA, 2019, p.2.)

Dialogamos, portanto, com as autoras Gutierrez e Salazar (2015) que afirmam que a perspectiva comunitária permite a visibilização da reprodução da vida como núcleo configurador das relações sociais. Logo, a forma social que assume o trabalho concreto é a característica fundamental destas relações, ou seja, “como se evidencia a capacidade dos “valores de uso” de se converterem em riqueza social” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.55) e nesse sentido, então, as práticas do cuidado e o trabalho doméstico e comunitário (seja no âmbito familiar ou outras escalas) recebem seu devido valor.

As mulheres camponesas do Assentamento Contestado, desse modo, por meio destas ações e trabalhos de cuidado da vida nas escalas domésticas e da Sede Comunitária, produzem ainda trabalhos comunitários capazes de produzir “bens comunitários” que transcendem as necessidades culturais de consumo individual, como teorizam Gutierrez e Salazar (2015). As autoras ainda aprofundam:

La posibilidad misma del trabajo comunitario –o de actividades colectivas para la producción de lo común– deviene de un proceso dinámico que gestiona y organiza la reproducción de la vida comunitaria. El sistema de circulación y flujo de bienes comunitarios no puede surgir “de la nada” (...). Tal sistema de circulación y flujo de bienes comunitarios tampoco consiste en una serie de reglas que se establecen de una vez y para siempre (...), y mucho menos depende del altruismo de los miembros de la comunidad. El sistema de

intercambio y flujo de bienes comunitarios se funda, antes que en cualquier otra cosa, en la capacidad de decisión colectiva sobre aquello a intercambiar y sobre los términos mismos del intercambio. (GUTIERREZ e SALAZAR, 2015 p. 36)

Estes elementos e dinâmicas observadas permitem politizar os processos reprodutivos, “que incluem diversos sistemas de circulação e fluxo de bens, configurando uma rede de trocas materiais e simbólicas” (FALCADE-PEREIRA, 2018, P.56). No caso do Contestado nas suas estruturas comunitárias e o PDA, a reprodução da vida por meio dos trabalhos de cuidado e trabalhos comunitários mobilizam e vivificam os acordos e sonhos realizados tanto nos documentos do regimento interno e do próprio PDA, quanto ao longo do tempo, uma vez que esses sistemas de circulação de bens comunitários não são estáticos.

Para além, reconhecer o protagonismo das mulheres camponesas nas narrativas apresentadas, é visibilizar estas práticas como fundamentais para os sentidos da vida comunitária desse território. Tão logo estas atividades não foram somente realizadas por mulheres, o seu reconhecimento nos possibilita valorizar os cuidados cotidianos e agroecológicos semeados nesta experiência como contribuições emancipatórias se prospectarmos suas devidas redistribuições entre os corpos para além do gênero (FALCADE-PEREIRA, 2018). Fortalecemos essa perspectiva com mais um trecho de Gutierrez e Salazar (2015 p. 17):

[...] el asunto de la transformación no consiste, ni principal ni únicamente, en el bosquejo de un horizonte abstracto a futuro sino que es un flujo sistemático de acciones de resistencia y luchas en el presente que defienden y amplían las posibilidades concretas de reproducción de la vida –humana y no humana– en su conjunto. (GUTIERREZ E SALAZAR 2015, p. 17).

## 8. CONCLUSÕES INICIAIS: PEGADAS E SEMENTES NOS CAMINHOS

As conclusões deste trabalho não são finais, pois tanto não se pretende fechar este campo exploratório recente, quanto acreditamos que um dos seus sentidos é justamente mobilizar a reprodução da vida, o que consiste em processos cíclicos, incluindo assim que estejam em constante movimento os aprendizados e as “conclusões” realizadas. Há uma profunda vontade em todos os trabalhos realizados, portanto, de contribuir.

Inicialmente, então, compartilhamos esta experiência, pois nela podemos ver pegadas e sementes como pistas nos caminhos alternativos que não podem deixar de serem vistas nas narrativas das mulheres camponesas, da agroecologia, dos cuidados comunitários e também dos planejamentos contra hegemônicos em territórios não urbanocentrados.

Ao longo da narrativa deste artigo pudemos perceber a importância do protagonismo das mulheres camponesas do Assentamento Contestado na transição agroecológica do mesmo nas

áreas das unidades familiares, até a Sede Comunitária. O cotidiano demonstrou nas narrativas um importante elemento temporal que abarca escalas e trabalhos de cuidados, geradores de trabalhos comunitários que efetivamente mobilizaram a construção de espaços importantes para a vida comunitária do assentamento, quanto mobilizam cotidianamente a vida presente nestes espaços pela necessidade da manutenção da reprodução da vida.

Verificamos assim, que um dos elementos que tornou o PDA um planejamento de ‘valor de uso’ são os trabalhos do cuidado e comunitários, realizados com protagonismo dessas mulheres camponesas. A intersecção do Programa Social, portanto, quanto ao que se pretendia e estava escrito, e quanto ao que foi sendo construído com o passar dos anos com enfoque nas ações das mulheres, reforça a importância de análises sobre as temporalidades cotidianas da reprodução da vida. Os programas que pretendiam objetivos e estratégias para alcançar bem-estar e vida digna no território conquistado pelo PDA, validam assim os trabalhos de cuidados e comunitários como estratégias de manutenção da vida, sendo então estratégias de planejamento, e também de resistência e autonomia do território do Contestado.

‘Por fim’, para este escrito, sigamos com os pés na terra, refletindo e semeando miradas a estes debates e plantios, que nos dão pistas de potenciais ferramentas dos mundos resistentes que vem compondo a história.

## REFERÊNCIAS

AMBIENS. Sociedade Cooperativa. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.coopere.net/quem-somos.php>>. Acesso em 31 maio de 2018.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. *Horizontes comunitário-populares*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021. *Acessibilidade na Câmara: terras devolutas*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>> Acesso em 19 de Julho de 2021.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz. *Monografia: Planejamento comunitário em assentamentos rurais: a redistribuição dos papéis de gênero como prospecção emancipatória*. Curitiba: UFPR, 2018.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz. *TFG: A perspectiva do Cuidado no Planejamento Territorial Comunitário em Assentamentos Rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná*. Curitiba: UFPR, 2019.

FERNANDES, Gabriela; FACCO, Vinicius. *Agroecologia e MST no Leste paranaense: as experiências do Assentamento Contestado (Lapa/PR) e do Acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR)*. Revista Pegada – vol. 16, n. especial, 2015.

GT MULHERES – Articulação nacional de Agroecologia – ANA. *Sem Feminismo não há Agroecologia* (boletim impresso), IV Encontro Nacional de Agroecologia, Belo Horizonte, 2018.

INCRA, *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*. Página oficial. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em: 24 de maio de 2018.

MST. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Assentamento Contestado: 20 anos de lutas e conquistas. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/06/23/assentamento-contestado-20-anos-de-lutas-e-conquistas/>>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Daiane Et al. Ciranda Infantil Curupira da Escola Latino Americana de Agroecologia - ELAA, Assentamento Contestado-Lapa. Em: *VII Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária do Paraná*. Cascavel, 2015.

OROZCO, Amaia Pérez. *Subversion feminista de la economía: aportes para um debate sobre el conflicto capital-vida*. Traficantes de Sueños, Madrid, 2014.

TORINELLI, Michele. *Assentamento Contestado, laboratório de organização popular e de agroecologia*. MST, 2016.